Parte I - Perspectivas a partir do Campo
**Capítulo 1 - O Censo Visto da Aldeia: lendo dados demográficos
com base na etnografia Apanjekra**

Bruno Nogueira Guimarães

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GUIMARÃES, B.N. O Censo Visto da Aldeia: lendo dados demográficos com base na etnografia Apanjekra. In: SANTOS, R.V., GUIMARÃES, B.N., CAMPOS, M.B., and AZEVEDO, M.M.A., comps. *Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, pp. 32-53. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-65-5708-013-9.
<https://doi.org/10.7476/9786557080139.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Perspectivas a partir do Campo

PART E I

O Censo Visto da Aldeia: lendo dados demográficos com base na etnografia Apanjekra*

Bruno Nogueira Guimarães

Este texto é escrito como um experimento de leitura dos dados do Censo Demográfico 2010 com base no meu conhecimento etnográfico adquirido entre os Canela Apanjekra ao longo da última década. Entre 2011 e 2016, passei 14 meses com os Apanjekra, realizando trabalho de campo na aldeia Porquinhos. Esta é a única aldeia da terra indígena (TI) Porquinhos, localizada nos municípios maranhenses de Barra do Corda e Fernando Falcão. Os Canela Apanjekra são falantes da língua timbira, a mesma língua falada pelos Canela Ramkokamekra, Krintaki, Krahô e Gavião. Estes povos compartilham seu complexo ritual, com festas sazonais comuns que envolvem membros de diferentes aldeias em uma sofisticada rede de troca (que abrange o matrimônio entre membros de aldeias distintas, a circulação de conhecimentos rituais e o intercâmbio de espécies vegetais cultivadas).

A organização social dos povos Timbira segue princípios estruturantes comuns, pautados por um padrão de residência uxorilocal (o marido mora com a esposa na residência dos sogros dele) e por um parentesco de tipo *crow-omaha* que inclui também a transmissão de nomes de cognatos cruzados que determinam posições e prerrogativas sociais (Ladeira, 1982; Lave, 1979, Melatti, 1976). Estes atributos comuns fundamentam o que Azanha (1984) chama de “forma timbira”. Uma diferença atual entre os Canela (Apanjekra e Ramkokamekra) e os demais Timbira (em especial Gavião e Krahô) é que, enquanto estes últimos multiplicam aceleradamente suas aldeias (em março de 2018 os Gavião tinham 16 aldeias, a mais antiga criada em 1984, e as 12 mais recentes fundadas a partir de 2012), os primeiros possuem apenas uma aldeia por TI há décadas. Essas populações aumentam significativamente ano após ano, como é reconhecido pelos próprios indígenas, e cada povo escolhe sua estratégia territorial mais adequada para gerir o próprio crescimento.

Um dos objetivos deste capítulo é demonstrar que os dados demográficos podem contribuir não apenas para a descrição e o entendimento da realidade etnográfica já conhecida pelo antropólogo, como também para ajudá-lo a formular hipóteses de pesquisa com base em dados que ele não costuma acessar. Apesar de esta ideia parecer óbvia, poucos antropólogos brasileiros se debruçam sobre as

informações demográficas disponíveis sobre os povos estudados. Pretendo indicar também como a consideração qualitativa de contextos específicos enriquece a análise demográfica e, potencialmente, permite sanar dúvidas na interpretação dos dados. Esta contribuição se funda em duas observações. A primeira, a de que os questionários dos censos, tais quais os de qualquer outra pesquisa, são fruto de um contexto específico em que se encontram o ideário da nação, a busca por reconhecimento identitário e as lutas políticas de diferentes segmentos sociais por direitos (Loveman, 2014; Thompson, 2016). Suas questões não são de entendimento universal, e a compreensão de quem as responde pode diferir daquilo que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) planejava captar com as perguntas (Campos & Estanislau, 2016).

A segunda observação diz respeito ao fato de que as teorias demográficas são elaboradas com base em dinâmicas populacionais derivadas de contextos de tempo e espaço específicos, com particularidades que não podem ser necessariamente generalizadas. As maiores contribuições para a demografia canônica vieram do estudo de populações do Ocidente moderno, ajudando a consolidar um conjunto de suposições demográficas que não incluem necessariamente as populações de baixa escala ou que se diferenciam culturalmente (Caldwell *et al.*, 1987). Cotejar os dados censitários com o conhecimento etnográfico é uma via para incorporar as discussões antropológicas nas teorias sobre dinâmicas populacionais e nas análises censitárias.

O diálogo entre os dados quantitativos (captados pelo Censo Demográfico 2010 e acessados no Bando Multidimensional de Estatística do IBGE) e qualitativos (resultantes de pesquisa etnográfica) será construído a partir da justaposição de considerações etnográficas e informações estatísticas, ora contrastando-as, ora apresentando a forma como se complementam. Considerando os dados censitários da TI Porquinhos, indicarei como a produção de dados estatísticos é fruto de interações que ocorrem em um contexto específico e como as categorias e dinâmicas nativas podem ser pouco captadas pelas estatísticas oficiais, contribuindo para a invisibilidade de populações culturalmente diferenciadas. Ao mesmo tempo, etnólogos e demais pesquisadores que conduzem pesquisas com foco em uma localidade muito específica podem perder de vista as características das vizinhanças do campo, que entenderiam melhor com base em observação das informações demográficas.

O enigma Porquinhos no Censo 2010

A TI Porquinhos se localiza em dois municípios, Barra do Corda e Fernando Falcão, estando a única aldeia da TI nos limites territoriais deste último. Meu primeiro levantamento populacional, em 2012, captou 690 habitantes em 97

residências na aldeia Porquinhos.¹ Um novo levantamento, em 2016, contabilizou 113 residências para 758 pessoas (outras 5 novas residências eram construídas durante minha pesquisa). Em 2019, outra pesquisa realizada por mim e pelo economista Caio Bibiani identificou 843 habitantes em 124 moradias. Apesar de os Apanjekra afirmarem ser aproximadamente 700 pessoas, em concordância com as estimativas dos funcionários locais da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o Censo 2010 contabilizou 2.600 indivíduos na TI. Esses dados desafiam o pesquisador que vai a campo: não há dado etnográfico da população dos Apanjekra que sequer se aproxime de metade dos indivíduos registrados na TI Porquinhos no Censo 2010 (para a análise das variações demográficas dos Canela Ramkokamekra, vizinhos da TI Porquinhos, ver Greene & Crocker, 1994). Também não há documentação administrativa indicando uma população indígena tão numerosa, ainda que os próprios Apanjekra informem que são atualmente mais numerosos do que nas décadas anteriores (Guimarães, 2012). Nenhum fenômeno demográfico, sozinho, parece explicar a magnitude da discrepância entre o que o etnógrafo encontraria em 2010 na TI Porquinhos e o registrado pelas estatísticas censitárias.

Antes de formularmos hipóteses, é importante entender o processo de captação de dados do Censo 2010. A metodologia consiste em entrevistas sobre as características de cada domicílio, tomando como referência o dia 31 de julho de 2010. Os dados de cada morador são coletados pelo recenseador ao entrevistar um morador do domicílio a partir de um questionário padronizado. Dentre outros pontos, o informante responde a uma pergunta sobre a “cor ou raça” dos habitantes do domicílio. Esta é a questão que nos interessa neste primeiro momento: pautada pelo princípio da classificação informada (o informante declara sua cor ou raça e também a dos seus corresidentes), ela nos permite identificar quantas pessoas se afirmaram indígenas para os recenseadores. Em 2010, houve uma novidade em relação aos censos anteriores: quando o questionário era aplicado dentro da TI e o respondente escolhia uma opção diferente de “indígena” no quesito “cor ou raça” (ou seja, “branco”, “preto”, “pardo” ou “amarelo”), uma nova pergunta era realizada:² “você se considera indígena?”. Esta era uma “pergunta de cobertura”, destinada a captar indígenas que tinham, por qualquer motivo, escolhido outra resposta para a questão anterior (Pereira, 2017). Para os efeitos deste texto, trataremos como “declarados” indígenas aqueles que escolheram esta resposta no quesito “cor ou raça”. Aqueles que “se consideraram” indígenas serão aqueles que responderam afirmativamente à pergunta de cobertura após terem escolhido outra opção para “cor ou raça” (como a questão “se considera” só pode ser realizada para quem não se declarou indígena, não é possível haver uma pessoa que se declarou e se considerou indígena). No Censo 2010, 817.963 pessoas se declararam indígenas e outras 78.954 se consideraram indígenas em todo o território nacional (IBGE 2012a).

Entender se há diferença no perfil de ambos os grupos é uma questão importante que é explorada por outros pesquisadores.³

Caso o informante respondesse ser “indígena” no quesito “cor ou raça” ou “se considerasse” indígena na pergunta subsequente, outras duas novas questões eram feitas: “qual a sua etnia ou o povo a que pertence?” e “fala língua indígena no domicílio?” (em caso afirmativo, era possível registrar até duas línguas indígenas) (IBGE 2012a). Como destacou Azevedo (2017), essas inovações permitiram produzir indicadores específicos para determinadas etnias e, de forma geral, compreender as diferentes dinâmicas demográficas entre dois perfis de declarações de “indígenas”, divisados com base na informação ou não do pertencimento étnico. A sofisticação do Censo 2010 em relação aos anteriores, que não apresentavam a pergunta de cobertura ou as sobre etnia e língua indígena, levou a um ganho tanto de informação quanto de complexidade na análise dos resultados. Para refletirmos sobre os dados obtidos, é necessário considerar o contexto da aplicação do questionário.

Em 31 de julho de 2010, a TI Porquinhos se intitulava TI Porquinhos dos Canelas-Apanyekra, em decorrência do processo de ampliação de seus limites (passando a área da TI de 79.500 para 300.000 hectares). A primeira demarcação, homologada em 1983, não contemplou diversas áreas tradicionais indígenas, como setores de roça, regiões de caça e espaços de aldeias antigas ocupadas pelos Apanyekra. Um exemplo é a exclusão da TI Porquinhos da região da aldeia Chinela, palco de um massacre ocorrido no início do século XX, quando dezenas de pessoas foram assassinadas e os sobreviventes fugiram para outras aldeias Timbira. Dentre as diversas controvérsias presentes na primeira demarcação, estava a fraude de memoriais descritivos e de mapas, em que os agentes da Funai ignoraram as indicações de indígenas e de antropólogos envolvidos no processo (Guimarães, 2012). O resultado foi o estabelecimento de limites equivocados que, ao invés de garantir o direito indígena à terra, consolidou o território usurpado como domínio de invasores.

A revisão dos limites da TI, iniciada anos 2000,⁴ teve sua portaria declaratória expedida pelo Ministro da Justiça em outubro de 2009. As prefeituras locais contestaram judicialmente a ampliação da TI e foram derrotadas em abril de 2010, por votação unânime no Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Nesse momento, a desintrusão da TI estava pendente, razão pela qual muitos dos habitantes captados pelo Censo 2010 não eram habitantes da aldeia Porquinhos. Como o Supremo Tribunal Federal, em 2014, acolheu a contestação das administrações municipais maranhenses, dando a estas ganho de causa, a TI Porquinhos deixou de contar com a maior parte dos territórios indígenas que foram usurpados ao longo do século XX (Guimarães & Guerra, 2017). Os ministros do Supremo não avaliaram o mérito da ação: antes, pautaram sua decisão por uma das condicionantes que impuseram ao processo de Raposa Serra do Sol, em 2008, quando definiram que, se o Executivo não cumprisse o prazo cinco anos para concluir os processos demar-

catórios, previsto no Estatuto do Índio, esses processos perderiam a validade legal (Brasil, 1973, 2008, 2014).

Ou seja, quando o IBGE realizou a coleta censitária, trabalhou com um território, bastante mais amplo, que correspondeu legalmente à TI Porquinhos apenas entre 2009 e 2014. Mesmo nesse período, os indígenas permaneceram em uma única aldeia, cercados pelos povoados dos invasores. A partir de 2014, a TI voltou a abarcar os mesmos 79.500 hectares que tinha antes de 2009, confinando os Apanjekra às áreas que não haviam sido invadidas até a década de 1970. Os 300 mil hectares a que ela deveria corresponder, considerados em 2010 pelo IBGE, a tornaria contígua a outras duas TIs: a TI Kanela, dos Canela Ramkokamekra, e a TI Bacurizinho, dos Tenetehara. Além da captação de toda a população não indígena no Censo 2010, em virtude de o IBGE considerar (corretamente) a área ampliada que nunca passou pela desintrusão, pode ter havido um erro de inclusão de outros habitantes indígenas, vizinhos, na TI Porquinhos.

Essa hipótese ganha força ao notarmos que foram registradas duas etnias para a TI em questão, Kanela e Tenetehara.⁵ Também foram contabilizadas quatro línguas indígenas faladas no domicílio: kanela, timbira, guajajara e tenetehara.⁶ Quando os primeiros dados do Censo 2010 foram publicados, alguns profissionais que atuavam na região consideraram a possibilidade de que vários moradores da TI Bacurizinho teriam sido incluídos na TI Porquinhos. Assim, teríamos três perfis distintos de identificação étnica: os Apanjekra (Canela), os Tenetehara (Guajajara) e os não indígenas. Esse conjunto de circunstâncias não apenas explicaria o aumento significativo da população, como também a heterogeneidade das declarações de cor ou raça, divididas em três padrões de respostas distintas: 587 habitantes da TI Porquinhos se declararam indígenas; 1.176 não se declararam indígenas, mas se consideraram como tal; 817 não se declararam nem se consideraram indígenas (Tabela 1).⁷

A hipótese de que os três perfis de declaração correspondessem às três distintas identificações étnicas, contudo, não se sustenta com base nos dados de etnia. Como se vê na Tabela 1, a quantidade de declarados Tenetehara é pequena. Esse fato também reduz a probabilidade de haver uma captação equivocada de domicílios dos Tenetehara na TI contígua a Porquinhos. A declaração de etnia também destaca outro ponto importante: 99,5% dos indivíduos que indicaram pertencimento étnico se declararam indígenas em “cor ou raça” na TI Porquinhos.

Tabela 1 – Frequências de pessoas segundo declaração de cor ou raça, se considera e etnia – TI Porquinhos (MA). Censo Demográfico 2010

Cor ou raça indígena			Se considera indígena			Etnia		
	N	%		N	%		N	%
Sim	587	22,6%	NA*	-		Kanela	583	99,0%
						Tenetehara	4	0,5%
Não	2.015	77,4%	Sim	1.176	58,3%	Tenetehara	3	0,5%
			Não	817	40,6%	NA*	-	
			Ignorado	22	1,1%			

* NA = não se aplica

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do IBGE, disponíveis no Banco Multidimensional de Estatísticas.

Hipóteses identitárias

Embora seja possível inferir que aos Apanjekra correspondam às 583 pessoas que se declararam Kanela na TI Porquinhos, esse número é muito inferior às cerca de 700 pessoas encontradas nas visitas à aldeia. Assim, não se pode descartar a possibilidade de que muitos indígenas tenham sido captados apenas pela pergunta de cobertura e não tenham declarado etnia. A seguir, indico algumas hipóteses que podem explicar por que os Apanjekra poderiam não se identificar como indígenas em um primeiro momento. Algumas dessas hipóteses foram discutidas com outros antropólogos e funcionários do poder público (Funai, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Meio Ambiente), surpresos pelos dados da TI Porquinhos indicados pelo Censo 2010. Articulo essas ideias com minhas considerações etnográficas para debater a pertinência e os pressupostos de cada uma.

A primeira hipótese está associada à percepção da pergunta como ligada à tonalidade da pele, reforçada pelo fato de que a única categoria que não indica uma cor, justamente a “indígena”, ser a última a ser lida pelo entrevistador. Nesse caso, não haveria contradição em dizer “minha pele é parda, negra, branca ou amarela e eu me considero índio”. A questão está, portanto, nos entendimentos possíveis da pergunta por parte do entrevistado: se ela se refere a identidades sociologicamente significativas (caso em que haveria “identidade branca”, “identidade parda” e assim por diante) ou a atributos fenotípicos indicadas por algumas características no corpo da pessoa, em que se destaque a cor da pele.⁸ Nesse sentido, os Apanjekra poderiam formular que são indígenas com pele de uma certa cor porque eles classificam os não indígenas de forma semelhante: *kupen*, palavra reservada para a

população não índia e traduzida pelos Apanjekra por “branco”, recebe um acréscimo caso se deseje especificar o tom da pele do *kupen* referido. Assim, uma pessoa de pele escura é chamada *kupen-tuk*, que traduzem para o português como “branco preto”. A palavra em português “branco” pode denotar tanto uma cor como a não indianidade, especialmente no contexto do contato interétnico. Doravante, seria possível também que um Apanjekra se visse como “índio pardo”, já que “índio” indica uma identidade e não a pigmentação da pele. Portanto, não haveria problema em se declarar uma cor de pele qualquer e, então, se considerar indígena na pergunta seguinte. É importante destacar que o tom da pele dos indígenas e da pele de muitos não indígenas pode ser semelhante, e ambos poderiam se classificar da mesma forma se utilizassem este critério para responder à pergunta.

A segunda hipótese está fundada no preconceito contra indígenas e no contexto em que o Censo 2010 ocorreu. As relações interétnicas locais e a relação com agentes do Estado é marcada pela discriminação contra os indígenas. Os Apanjekra relatam diversos casos em que sofreram violência física e simbólica na relação com os não indígenas. Não se declarar indígena é uma estratégia de controlar os danos decorrentes do racismo, que compreendem atendimentos médicos precários, dificuldade de acesso à educação, humilhações públicas e mesmo atentados contra a vida. Quando os recenseadores estiveram em Porquinhos, em 2010, os Apanjekra temiam um ataque à aldeia por conta das disputas fundiárias. Com a publicação da portaria declaratória de ampliação da TI, no final de 2009, moradores do povoado Serra Branca (nos limites da TI) ameaçaram os Apanjekra e baniram os estudantes indígenas da única escola da região com ensino médio. Ligações anônimas eram recebidas nos telefones públicos instalados em Porquinhos, em que não indígenas ameaçavam que cercariam a aldeia de madrugada e promoveriam um genocídio como o da aldeia Chinela, ocorrido no início do século XX, no qual morreram dezenas de Apanjekra (Guimarães, 2017: 41-42). Quando, no início de 2010, o STJ concedeu um mandado de segurança às administrações locais, suspendendo os efeitos da portaria declaratória, diversas picapes invadiram o pátio da aldeia. Eram fazendeiros que ostentavam cópias do mandado de segurança e armas de fogo. Falaram aos Apanjekra que a justiça tinha reconhecido que ali não era lugar de índio e que os papéis dos indígenas eram mais fracos que os dos brancos, e que também tinham melhores armas. Soltaram fogos de artifício e ameaçaram massacrar a aldeia caso os indígenas insistissem em recuperar os seus domínios tradicionais.

O Censo 2010 foi realizado em meio a esse conflito latente, às vésperas de uma guerra que não chegou a eclodir. Com indígenas ameaçados na cidade e evitando transitar em algumas regiões do sertão maranhense, esconder a identidade étnica era uma estratégia de sobrevivência. Em 2013, quando o tema da disputa fundiária voltou à tona em virtude da chegada à região dos técnicos responsáveis pela demarcação física, dois Apanjekra quase foram linchados em Barra do Corda.

Eles tiveram que se identificar como Ramkokamekra, dizendo que não eram da TI Porquinhos, e sim da TI Kanela, e só foram salvos quando um não indígena intercedeu por eles. Esse tipo de acontecimento ilustra o custo da identificação étnica em um cenário conflituoso e ajuda a entender por que muitas pessoas podem se identificar como indígenas, mas não mencionar o pertencimento a um povo específico. Se essa leitura for correta, compreende-se melhor o motivo de as pessoas que se consideraram indígenas na questão de cobertura (mas não em “cor ou raça”) não terem indicado etnia.

Uma terceira hipótese dialoga com um conjunto de pesquisas amazônicas sobre a noção de “virar branco”, que apontam como a percepção nativa do que significa ser não indígena ultrapassa a diferença étnico-identitária. Na formulação de diversos pesquisadores, a distinção mais profunda entre “indígenas” e “não indígenas” estaria em suas capacidades diferenciais de atuar sobre o mundo. Ser “branco” compreende o domínio de um conjunto de saberes e práticas específicas, não contraditórios com os saberes e práticas indígenas. Há diversos casos etnográficos que indicam que essas noções não são mutuamente excludentes, como a percepção wari’ de que se pode ser índio e “branco” (Vilaça, 2000), ou o gradiente de transformações yanomami, que localiza a pessoa entre um polo yanomami e um polo “branco”, permitindo que a pessoa condense elementos dessas duas humanidades (Kelly, 2005). Os Apanjekra classificam os humanos em alguns grandes grupos, dos quais dois se destacam: *mehin* e *kupen*. Ao primeiro correspondem os Timbira, que, além de incluírem os Kanela (Apanjekra e Ramkokamekra), contam com os Krahô, Krinkati e Gavião. A identificação comum a esses povos decorre da proximidade linguística (todos falam a língua timbira), do aparato ritual comum e dos mesmos princípios de organização social – todos esses fatores contribuem para uma percepção de corpos semelhantes, resultados de um mesmo processo de produção.

Essa ideia, expressa no termo *mehin*, “nossa carne”, fundamenta a “forma timbira” (Azanha, 1984) e corresponde a uma noção de pessoa que se pauta por uma humanidade compartilhada, expressa no corpo (Coelho de Souza, 2001, 2004). Para os Timbira, os *kupen* são descendentes dos *mehin*, como narra o mito de Aukê (Carneiro da Cunha, 2009; Crocker, 1990; Crocker & Crocker, 2009; Guimarães, 2017; Matta, 1970): um jovem indígena, após ser traído e assassinado pelo seu povo, é lançado à fogueira. As chamas transformam o seu corpo e, no dia seguinte ao assassinato, quando os pais de Aukê procuram o cadáver do filho, encontram uma moradia diferente. Nela, está Aukê, transformado em *kupen*. Ele apresenta aos pais todas as suas criações, os bens e mercadorias dos não indígenas. Também apresenta aos *mehin* outras invenções suas, como a espingarda e os utensílios culinários dos *kupen*. Ao final do mito, por medo da arma de fogo, os indígenas escolhem caçar com o já conhecido arco, razão pela qual Aukê fornece suas inovações tecnológicas apenas aos seus descendentes *kupen*. Como demonstrado no mito e em consonância

com os estudos etnológicos, a percepção da diferença entre os indígenas e os não indígenas está associada a transformações do corpo, em seus aspectos tangíveis e intangíveis (Seeger, Matta & Viveiros de Castro, 1987), e à capacidade criativa e tecnológica de cada um.

Tais distinções não estão limitadas à narrativa mítica. Em uma de minhas primeiras viagens acompanhando os Apanjekra no sertão maranhense, visitamos um pequeno povoado não indígena. Como era frequentemente confundido com um técnico do processo de ampliação da TI, um dos habitantes me convidou para um café em sua casa e começou a falar sobre a demarcação. Ele me disse: “nós também estamos aqui faz muito tempo, eu nasci nesta terra, conheço os índios desde criança, eles sempre passavam por aqui e pediam pouso”. Depois de pedir que os Apanjekra confirmassem o fato, arrematou: “isso de branco e índio... nosso corpo é igual, é gente do mesmo jeito”. Uma das lideranças indígenas ponderou: “a carne pode até ser igual, mas o sangue é diferente”. Mais tarde, pedi que me explicasse essa frase, que não recebeu atenção do sertanejo que nos recebia. Respondeu-me que o sangue dos *kupen* era fervido, o que os tornava mais fracos, os impedia de correr com as pesadas toras de madeira dos Timbira e os tornava piores caçadores. Mas, como eles tinham as suas próprias invenções, podiam viver bem sem atributos tão importantes para a vida dos Apanjekra e o faziam na cidade, a “aldeia dos brancos”.

Entender o que está envolvido nas definições identitárias ligadas à indianidade e à não indianidade é vital para pensarmos as declarações de cor ou raça que não correspondem às expectativas dos analistas que inferem que a população indígena sempre se identificará como tal. Ao tratar dos dados Panará, outro povo Jê setentrional, Ewart (2014) indica que a noção de identidade, vinculada aos conceitos nativos de parentesco e humanidade, está associada à percepção de um fundo comum de intersubjetividade. A capacidade das pessoas de se entenderem implica o reconhecimento das necessidades mútuas. É na atenção a essas necessidades, expressa na coresidência, na comensalidade e nas dádivas, que o parentesco toma lugar: eu reconheço o que outro precisa, e isto se torna parte de mim. O compartilhamento (Widlock, 2013; Woodburn, 1998) é a forma assumida pelas relações identitárias entre os Apanjekra (Guimarães, 2017), pois, através do compartilhamento, toma-se parte na existência de outras pessoas, evocando a “mutualidade do ser” característica do parentesco (Sahlins, 2013).

Da mesma maneira que os parentes que não distribuem os bens obtidos em suas residências são vistos como parentes ruins, os Apanjekra que têm acesso a maior volume de recursos dos *kupen*, mas não os compartilham com a aldeia, são acusados de estarem se tornando “brancos”. Este juízo é feito sobre lideranças, professores ou agentes de saúde que, apesar de terem maiores rendimentos e trânsito nas zonas urbanas, são criticados por não contribuírem o suficiente para as atividades na aldeia. Isto não significa apenas que sejam sovinas: se eles não

estão distribuindo seus bens com os *mehin*, o devem estar fazendo com os *kupen*. Empregar os recursos disponíveis na cidade, passar longos períodos longe de suas famílias, aprender a atuar no universo não indígena, a falar, escrever, lidar com o dinheiro e outras tecnologias estrangeiras indicam que estas pessoas estão se assemelhando aos “brancos”. Essa seria, portanto, outra forma de pensar os critérios nativos para responder à pergunta sobre cor ou raça no Censo.

As suposições aqui levantadas não são exclusivas. Não apenas é possível que mais de uma delas tenha influenciado os resultados do Censo 2010, como é provável que outros fatores também tenham contribuído para os dados obtidos. Ademais, as três hipóteses indicadas se complementam: a definição da identidade indígena se pautar por capacidades, transformações corporais e intersubjetividade (hipótese 3) indica como a cor de pele não está no mesmo registro da indianidade (hipótese 1), e a animosidade do contexto local influencia como essas definições serão expressas (hipótese 2). Ainda assim, o exercício é especulativo: sem o acompanhamento direto do trabalho dos recenseadores ou entrevista posterior com os respondentes do Censo, não é possível definir os fatores que levaram aos números registrados pelo IBGE. Isto porque as hipóteses levantadas dependem de um equívoco na comunicação (e na intenção) entre o entrevistador e o entrevistado. É possível que o entrevistado não compreenda plenamente os objetivos da investigação censitária ou, então, busque revertê-los, como em uma não declaração intencional de sua identidade. Além disso, cada uma das três hipóteses permite objeções. No contexto das relações *mehin* – *kupen*, os Apanjekra sabem que são vistos pelo Estado como indígenas e não como brancos, pretos, pardos ou amarelos. Reconhecendo essa situação, poderiam contornar os mal-entendidos da questão sobre cor e raça que sustentam a primeira e a terceira hipótese. Sobre esta última, que trata da possibilidade de se tornar *kupen*, é preciso considerar que tal ideia surge em situações pejorativas, em que alguém é acusado de se assemelhar aos *kupen* em razão de um comportamento sovina. Ou seja, dificilmente seria captada por uma metodologia pautada pela autodeclaração. Por fim, a segunda hipótese, que trata do contexto conflituoso da TI, poderia levar os Apanjekra a reafirmarem sua indianidade em virtude da luta pela terra, aumentando ao invés de diminuir a quantidade de indígenas na TI.

Esse quadro nos leva a uma quarta hipótese para os dados do Censo 2010: a de que muitos dos invasores da TI se consideraram indígenas, após terem se declarado “brancos”, “pretos”, “amarelos” ou “pardos”. Dado que o Censo foi realizado em meio a uma disputa territorial pautada pela identidade indígena, os ocupantes da área ampliada podem ter indicado que também eram indígenas para não serem removidos da TI. Esta ideia remete ao meu encontro com um morador da área ampliada, já descrito anteriormente, em que ele tentou dissipar as diferenças identitárias entre os não indígenas e os indígenas. Em minhas viagens pelo

território Apanjekra, esse comportamento era constante: ocupantes *kupen* mencionavam que estavam naquela terra há décadas, que tinham uma história comum com os indígenas, que já tinham participado de rituais na aldeia e alguns, inclusive, teriam sido “batizados” pelos indígenas, sentindo-se parte também das populações originárias daquele território. Essas são as pessoas que vivem nos povoados atravessados pelos Apanjekra em suas idas mensais à cidade para sacar benefícios sociais como o Programa Bolsa Família ou a aposentadoria rural. Sobre tais pessoas não fiz qualquer levantamento populacional.

Observando os dados, o primeiro conjunto de hipóteses precisa ser combinado com essa nova ideia. Na TI Porquinhos, o número de pessoas autodeclaradas Apanjekra registrado pelo Censo 2010 é inferior ao número de indígenas na aldeia em meus levantamentos populacionais. As hipóteses 1 a 3 oferecem possíveis entendimentos para esta sub-representação, pois colocam sentidos nativos para outras declarações de cor ou raça. Em contrapartida, o número total de pessoas que se declararam ou consideraram indígenas, na área ampliada da TI Porquinhos, é bem superior aos registros etnográficos, fortalecendo a hipótese 4. Esta hipótese é, de certo modo, uma inversão da hipótese 2: em vez de os Apanjekra esconderem sua identidade em um contexto violento, posseiros do entorno da aldeia assumem a identidade indígena por conta da disputa fundiária pautada pela identidade étnica. Para seguir essa ideia, é necessário investigar outros dados da TI Porquinhos.

Entornos censitários

Até o momento, empreguei o conhecimento etnográfico sobre a TI Porquinhos para refletirmos sobre os dados censitários. Observamos o Censo 2010 a partir da aldeia, lendo seus resultados como um retrato tirado em um contexto específico e pouco trivial. Considerando os sentidos que a população estudada confere ao universo em que vive, formulamos hipóteses para compreendermos os números observados. Esta é uma forma de a etnografia auxiliar a interpretação dos dados demográficos. Para aprofundar esta investigação, irei agora utilizar os dados censitários para lançar luz sobre o contexto local.

Se a observação de campo conferiu uma nova dimensão às estatísticas oficiais consideradas, permitindo relativizá-las e concebê-las como fruto de interações particulares em um momento específico, elas nos dizem pouco sobre muitas das pessoas captadas nos dados da TI Porquinhos. Isto porque a investigação etnográfica não foi realizada com todos os 2.600 indivíduos registradas pelo Censo 2010: mantive contato próximo apenas com os cerca de 700 habitantes da aldeia Porquinhos. Considerar outras variáveis junto ao quesito “cor ou raça” nos auxilia a distinguir e caracterizar o restante da população. Os dados demográficos oferecem

uma via para o etnógrafo refletir também sobre as populações próximas à estudada por ele. A observação dos dados sobre os domicílios como o tipo de domicílio⁹ e a situação do setor da coleta poderia ser um caminho inicial para divisar perfis sociais distintos. Contudo, todos os domicílios visitados foram registrados como “casa”, e essas 499 casas estão em “área rural exclusive aglomerado rural”. Portanto, não é possível associar diferenças nos tipos de residência com padrões populacionais. Uma caracterização mais precisa é obtida ao observarmos as informações sobre o abastecimento de água nos domicílios (Tabela 2).

Tabela 2 – Frequências de pessoas segundo declaração de cor ou raça (indígena e não indígena) residentes em domicílio de acordo com a forma de abastecimento de água – TI Porquinhos (MA). Censo Demográfico 2010

Indígena (cor ou raça)	Forma de abastecimento de água	Frequência	%
Sim	Poço ou nascente na propriedade	3	0,7%
	Rios, açudes, lagos e igarapés	6	1,0%
	Poço ou nascente na aldeia (indígena)	577	98,3%
	Total	587	100,0%
Não	Poço ou nascente na propriedade	528	26,1%
	Poço ou nascente fora da propriedade	482	23,9%
	Rios, açudes, lagos e igarapés	1.008	50,0%
	Total	2.018	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do IBGE, disponíveis no Banco Multidimensional de Estatísticas.

Uma vez que o Censo 2010 inclui uma variável específica de resposta sobre saneamento para a população residente em TI (IBGE, 2012b), os resultados para esta variável podem ser indiretamente interpretados visando a identificar a ocupação territorial da TI.

Os dados sobre abastecimento de água na TI Porquinhos são reveladores: apenas aqueles que se declararam indígenas eram abastecidos por “poço ou nascente na aldeia (indígena)”, sendo essa forma de abastecimento correspondente a 577 indivíduos (98,3% dos 586 autodeclarados indígenas). Para pensarmos quem são os habitantes da aldeia Porquinhos, a análise das respostas quanto ao acesso aos recursos hídricos pode gerar interpretações mais diretas do que as intrincadas suposições levantadas para o quesito “cor ou raça”.¹⁰ Isto porque sabemos, após período de observação etnográfica, que os Apanjekra vivem todos na mesma aldeia, ao passo que os posseiros estão dispersos pelo território, ao redor das estradas que levam para as áreas urbanas de Barra do Corda e de Fernando Falcão.

Uma primeira conclusão é que, no caso de Porquinhos, as pessoas que os Apanjekra reconheceriam como indígenas coincidem com aquelas que se declararam

indígenas no quesito “cor ou raça” e indicaram pertencimento étnico. Isso nos permitiria excluir a questão de cobertura de nossas considerações sobre os Apanjekra, levantando um ponto importante para o trabalho do pesquisador interessado em compreender as relações interétnicas locais, qual seja, o fato de grande parte da população localmente não considerada indígena pelos ocupantes tradicionais da TI se apresentar como indígena para o Estado na questão de cobertura. Além dessa pista para um exame aprofundado do investigador de campo sobre as dinâmicas identitárias locais e sua expressão na relação com os órgãos oficiais, a observação de outros dados pode indicar as complexidades dos entornos da aldeia. Isto pode ser visto nas informações sobre alfabetização e renda¹¹ de acordo com o quesito “cor ou raça” (Tabela 3).

Tabela 3 – Taxas de alfabetização e renda média – TI Porquinhos (MA). Censo Demográfico 2010

Alfabetização	Segmento populacional		
	Cor ou raça (indígena)	Se considera indígena	Não indígena
Sim	61,3% (n=302)	69,8% (n=716)	57,5% (n=399)
Não	38,7% (n=191)	30,28% (n=310)	42,5% (n=295)
Renda média (R\$)	66,5	109,8	74,0

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do IBGE, disponíveis no Banco Multidimensional de Estatísticas.

Dentre as opções de declaração em “raça ou cor”, os indígenas apresentam maior percentual de analfabetos no Maranhão¹² (e no Brasil), mas, na TI Porquinhos, o segmento com maior índice de analfabetismo inclui aqueles que não se declararam nem se consideraram indígenas. Chama a atenção que a renda da população que não se declarou ou considerou indígena é muito mais próxima à renda dos declarados indígenas; esses dois segmentos populacionais apresentam uma renda muito inferior à do segmento que se considerou indígena, também contrariando os indicadores estaduais e nacionais, nos quais quem não se identifica como indígena em nenhuma questão apresenta o maior rendimento.

Ao destacarmos o “enigma Porquinhos” no Censo 2010, aponte para a necessidade de considerar contextos locais na captação dos dados, em especial em regiões de conflito marcadas pelo preconceito e diferentes formas de violência associadas à disputa por espaço. Um dado importante é que, após a Funai definir a ampliação da TI Porquinhos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) maranhense assentou no território indígena algumas famílias de lavradores sem-terra. A hipótese que levanto, tentando entender o maior analfabetismo e menor renda entre as pessoas que não se declararam ou consideraram indígenas, é a de que esses indivíduos correspondem aos assentados (que, atualmente, já não

vivem mais naquela região). Sem acesso garantido à terra e frequentemente em movimento, seu rendimento financeiro e acesso à educação formal seriam prejudicados em comparação com os demais ocupantes da região. Como eram pessoas recém-chegadas àquele território, com uma identidade social já definida por seu movimento político, estariam talvez menos envolvidos nas disputas identitárias em curso que, como indiquei anteriormente, podem ter levado uma grande parcela dos invasores a se considerarem indígenas na questão de cobertura, por receio de serem desalojados de suas habitações. Ao contrário dos invasores e posseiros que habitam a TI há anos, os assentados não participam das redes de relações dos indígenas nem mantêm com eles os contatos já descritos. Mesmo que não se possa chegar a conclusões definitivas, os dados permitem ao investigador criar hipóteses sobre os entornos da população que ele conhece em primeira mão – voltar a campo e estudar suas dinâmicas demográficas é vital para poder validá-las.

Para onde foi a população?

Há, ainda, um último ponto que merece destaque em nossa investigação. Se estabelecemos que aos Canela Apanjekra correspondam os 583 indivíduos que se declararam indígenas e que indicaram esse pertencimento étnico, há uma grande disparidade entre o registro do Censo 2010 e meus levantamentos populacionais. Em 2012, registrei 690 pessoas, número que acredito ter subestimado a quantidade de habitantes da aldeia. Para onde foi o contingente de indivíduos que não está no Censo 2010, ou seja, algo em torno de uma centena de pessoas?

Como temos uma correspondência entre as declarações de indígena em “cor ou raça”, de etnia e os dados sobre o abastecimento de água da aldeia, é razoável supor que os Apanjekra se declararam indígenas, etnia Kanela, e a eles não correspondem os indivíduos que “se consideraram” indígenas na questão de cobertura, que apresentam perfis de renda e alfabetização bem distintos. Isso nos leva a duas hipóteses. A primeira, a de que essas mais de 100 pessoas não foram recenseadas. Por algum motivo, elas não chegaram a responder ao questionário. A principal razão para tal seria pelo fato de não estarem na aldeia no período em que o recenseador visitou Porquinhos. Como os cultivos indígenas se dividem entre os das hortas contíguas às casas e os das roças, a quilômetros de distância da aldeia, uma possibilidade é que parte da população estivesse dispersa pela TI, cuidando de sua produção agrícola. As famílias viajam conjuntamente, deixando as habitações aldeãs vazias, podendo permanecer nas roças por várias semanas – muitas são de difícil acesso, complicando as tentativas do recenseador de as alcançar. O problema desta hipótese é que, no meio do ano, quando o recenseador está em campo aplicando os questionários, as visitas aos roçados são menos frequentes e, por não ser período de plantio, a permanência fora da aldeia é mais curta.

A segunda hipótese retorna à mobilidade indígena, centrada no deslocamento entre aldeia e cidade. Além das saídas da aldeia para os roçados, os Apanjekra viajam, todos os meses, para as zonas urbanas mais próximas. O principal destino é Barra do Corda, maior cidade da mesorregião central maranhense, para onde as picapes dos patrões dos benefícios sociais se dirigem (Brasil, 2016). A permanência na cidade é incerta e, por vezes, pode durar algumas semanas. Resta saber se, em Barra do Corda, essas pessoas foram captadas pelo Censo, visto que estavam em trânsito e o domicílio de referência delas estaria na aldeia. Quando estão na cidade, as famílias costumam se hospedar em uma ampla construção ocupada apenas pelos indígenas em trânsito, que não tem numeração nem dispõe de abastecimento de água pela rede pública (que comprem ou pegam dos rios Corda e Mearim, que cortam o espaço urbano). Exceções correspondem àqueles que vão a Barra do Corda para tratamento médico e se hospedam temporariamente em salas e corredores da sede administrativa do polo de saúde indígena.

Os dados do IBGE nos informam que, das 40 pessoas que se declararam Kanela em Barra do Corda, 34 o fizeram em setores censitários em situação urbana (Tabela 4). Porém, não há uniformidade na qualificação dos domicílios urbanos em que estavam: 26 viviam em habitações com abastecimento de água (ao contrário do barracão ocupado pela maioria das famílias) e 20 em domicílios com fossas rudimentares para o esgotamento sanitário, em consonância com o que se verifica no barracão. Esse terreno é ocupado apenas pelos Canela Apanjekra, mas os Canela Rankokamekra também passam períodos em Barra do Corda e poderiam ter se declarado Kanela na etnia, como ocorreu na TI Kanela, habitada por eles. Assim, os dados censitários da área urbana de Barra do Corda não nos permitem realizar muitas inferências sobre a presença Apanjekra na cidade, que hoje é parte do cotidiano deles e de diversos outros povos indígenas no Brasil. Portanto, também não possibilitam definir quantos indígenas não foram captados por estarem em suas roças, com os domicílios vazios.

Tabela 4 – Frequências de pessoas das etnias Kanela e Kanela Rankokamekra residentes em domicílios urbanos segundo características de saneamento – município de Barra do Corda (MA). Censo Demográfico 2010

Variáveis	Declaração de etnia	
	Kanela	Kanela Rankokamekra
Total de indivíduos	34	x
Abastecimento de água		
Rede geral de distribuição	26	x
Poço ou nascente fora da propriedade	7	-
Rios, açudes, lagos e igarapés	x	-
Outra	x	-

Tabela 4 – Frequências de pessoas das etnias Kanela e Kanela Rankokamekra residentes em domicílios urbanos segundo características de saneamento – município de Barra do Corda (MA). Censo Demográfico 2010 (cont.)

Variáveis	Declaração de etnia	
	Kanela	Kanela Rankokamekra
Esgotamento		
Fossa séptica	6	-
Fossa rudimentar	20	x
Vala	x	-
Outro	x	x
Não aplicável	x	-

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados do IBGE, disponíveis no Banco Multidimensional de Estatísticas.

Quem está no Censo?

Apesar de diversos avanços do Censo na captação de dados para indígenas, é possível que, em razão de deslocamentos variados e de habitações não presentes nas bases territoriais do IBGE e da Funai, parte da população não seja recenseada. A invisibilidade estatística de povos tradicionais é um entrave para a implementação de políticas diferenciadas que tem essas populações como alvo, comprometendo a efetivação de direitos para esse segmento da sociedade. Se parte da população da aldeia Porquinhos desapareceu do Censo 2010, é possível afirmar, também, que os dados demográficos não estiveram presentes lá: os Apanjekra não têm conhecimento real das estatísticas populacionais produzidas sobre eles próprios, seus usos e suas implicações. Aprimorar o questionário censitário e a cobertura da base territorial foi um primeiro passo para a produção de melhores informações sobre os indígenas. Um passo seguinte é a inclusão deles nas diferentes etapas da investigação: consulta pré-censo; participação de recenseadores indígenas em TIs; discussão dos dados e das formas mais eficientes de divulgação, tanto para os próprios indígenas como para o restante da sociedade.

O Censo Demográfico busca captar alguns fenômenos e informações centrais para a sociedade brasileira (como trabalho, rendimento e migração), porém não dá conta de fenômenos determinantes nas dinâmicas populacionais de povos culturalmente diferenciados (Campos & Estanislau, 2016). A grande questão, porém, não está em não captar fenômenos específicos, como os deslocamentos entre aldeia e cidade, e as formas particulares dos indígenas de ocuparem o espaço urbano. O desafio está no fato de que a existência desses fenômenos contribui para acentuar

a invisibilidade das populações indígenas em estatísticas oficiais. A solução é incluir os indígenas na construção do Censo, pensando em como contornar os desafios de adequação dos questionários e abordagem a partir de adaptações metodológicas.

No caso de Porquinhos e dos Apanjekra, a atuação de recenseadores, guias ou intérpretes indígenas contribuiria para que os indígenas em roçados de difícil acesso, mas conhecidos pela comunidade, não fossem ignorados. Também é possível supor que a resposta para “etnia” seria mais precisa, dado que, se os Apanjekra se identificam apenas como Canela diante dos não indígenas, entre si eles especificam serem Canela Apanjekra. Isso permitiria diferenciar os Canela Apanjekra dos Canela Ramkokamekra, auxiliando na identificação étnica em contextos urbanos e no estudo dos fluxos populacionais advindos de diferentes aldeias e TIs.

Nenhum desses pequenos e significativos avanços se baseia na suposição de que os indígenas seriam melhores demógrafos ou antropólogos de suas próprias comunidades se comparados com não indígenas. Assim como ocorre com as etnografias (Strathern, 2014), os modos de investigação dos censos demográficos e suas categorias não apresentam equivalentes diretos nas formas de produção do conhecimento nativo. Nos últimos anos, demógrafos e intelectuais indígenas chamaram atenção para essa diferença, expressa em conceitos como “tempo”, “mobilidade” e “raça” (Rifkin, 2017; Standfield, 2018; Tallbear, 2013). Tentei contribuir para esta discussão demonstrando a complexidade envolvida na análise das questões identitárias para a TI Porquinhos no Censo 2010. Compreendendo que o universo vivido indígena pode não ser adequadamente expresso pelos conceitos tradicionalmente usados para descrever as dinâmicas populacionais, é preciso observar os contextos locais e os conceitos empregados pelos respondentes dos questionários para pensar sobre sua própria condição.

É justamente no encontro do conhecimento acadêmico com o pensamento indígena que novas formas de se conhecer as populações indígenas podem surgir. Incorporar esses entendimentos nativos e suas formas de investigação na pesquisa demográfica seria uma forma de fortalecer a “soberania de dados indígenas” (Kukutai & Taylor, 2016) no contexto brasileiro. O censo demográfico enfrenta o desafio de ser aplicado à totalidade dos domicílios do país. Chegar a esses endereços é um primeiro passo. O segundo é apresentar questões adequadas a todas as moradias. No caso dos indígenas, esses passos podem ser dados com adaptações metodológicas e a colaboração deles próprios na coleta de dados. Mesmo que ainda estejamos distantes de pesquisas demográficas oficiais em que os indígenas sejam protagonistas, é preciso assumir que, sem a participação deles, a captação de dados ficará prejudicada, e a leitura dos dados de TIs pode ser mais complexa do que seria de se esperar. Não apenas fenômenos importantes para compreender as dinâmicas populacionais indígenas não serão conhecidos, como a invisibilidade estatística persistirá. Os censos continuarão a ser vistos apenas por aqueles que

estão nos *kupen krĩ*, as “aldeias dos brancos”, excluindo os indígenas dos dados e silenciando suas vozes nos debates.

Notas

- * Agradeço ao CNPq, à Capes e à Faperj por terem financiado minha pesquisa doutoral e meu trabalho de campo entre 2011 e 2016. Este capítulo foi escrito como parte do projeto Saúde Indígena no Brasil: perspectivas históricas, socioculturais e políticas, apoiado pelo Wellcome Trust (financiamento n. 203486/Z/16/Z). Agradeço a Ricardo Ventura Santos pela leitura da primeira versão do texto e por suas importantes sugestões.
- ¹ Esse número foi subestimado. Realizado em outubro, no período em que começa o trabalho mais intenso nas roças, o levantamento certamente não captou todos os habitantes que não estavam na aldeia nos dias de coleta de dados.
- ² Os recenseadores registravam as respostas em um Personal digital assistant (PDA), um pequeno computador manual que continha o questionário e podia abrir novas questões a partir das respostas anteriores. Era equipado com GPS, de modo a identificar se o setor censitário em que o recenseador atuava era TI. O Censo 2010 foi o primeiro em que a base territorial do IBGE contou com os dados oficiais da Funai sobre territórios indígenas, considerando como TIs aquelas já homologadas ou declaradas, e excluindo aquelas em estágios anteriores de reconhecimento pelo Estado, como as identificadas ou em identificação (IBGE, 2012a).
- ³ O capítulo 8 desta coletânea, de Gerson L. Marinho, Ricardo V. Santos e Alessandra T. Simoni, apresenta uma análise dos resultados da pergunta “se considera” em escala nacional.
- ⁴ A portaria de criação do Grupo de Trabalho (GT) para a revisão dos limites da TI é de 30 de outubro de 2000. O relatório circunstanciado do GT, coordenado pelo antropólogo Jaime Siqueira, foi entregue à Funai em maio de 2003.
- ⁵ Essas informações estão disponíveis em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas/>>. Acesso em: 22 mar. 2018.
- ⁶ Kanela e timbira correspondem à língua timbira, falada pelos Apanjekra, Ramkokamekra, Gavião, Krahô e Krinkati. Guajajara e tenetehara também são nomes distintos dados à mesma língua, falada pelos Tenetehara.
- ⁷ Por conta do sigilo estatístico, frequência entre 1 e 5 é indicada por um “x” nos dados gerados a partir do Banco Multidimensional de Estatística (BME). Para permitir os cálculos sem desconsiderar esses valores, considere-os como valendo 3, salvo quando era possível conhecer o valor correto em virtude das totalizações observadas nas saídas do BME. Agradeço a Ricardo Ventura Santos pelo auxílio no uso desses dados.
- ⁸ Em seu capítulo nesta coletânea, Gerson L. Marinho, Ricardo V. Santos e Alessandra T. Simoni apresentam argumento similar na discussão que desenvolvem sobre os resultados da pergunta “se considera”.

- ⁹ Dentre os 18 tipos de domicílio possíveis para o Censo 2010, está “oca ou maloca”, descrito da seguinte forma: “quando localizado em habitação indígena, situada em terras indígenas, de características rústicas, podendo ser: simples e sem parede; pequena, feita com galhos de árvores e coberta de palha ou folhas; ou grande choça (cabana, casebre, palhoça, choupana) feita de taquaras e troncos, coberta de palmas secas ou palha, e utilizada como habitação por várias famílias indígenas” (IBGE, 2012b: 27).
- ¹⁰ Em outros contextos, é possível que outras variáveis, como o fornecimento de energia elétrica, sejam úteis aos investigadores para melhor compreender a população estudada. No caso de Porquinhos, onde há energia elétrica na aldeia e em boa parte dos povoados dentro da TI, analisar esse dado seria pouco esclarecedor.
- ¹¹ A variável escolhida no BME foi “renda domiciliar *per capita* (operação: média)”.
- ¹² No Maranhão, o Censo 2010 registrou analfabetismo de 40,7% para indígenas, 27,4% para negros, 23,5% para pardos, 22,3% para amarelos e 17,4% para brancos (dados do BME/IBGE). Inferior a 5 indivíduos, o número de declarados amarelos na TI Porquinhos não é significativo.

Referências

- AZANHA, G. *A Forma Timbira: estrutura e resistência*, 1984. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, M. Os povos indígenas e os censos demográficos no Brasil. In: BERCÓ, E. (Org.). *Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo*. Campinas: Unicamp, 2017.
- BRASIL. Lei n. 6.001 de 19 dez. 1973. Estatuto do Índio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1973.
- BRASIL. Petição n. 3.388-4. Roraima. Ação Popular sobre Demarcação da TI Raposa Serra do Sol. Relator: Carlos Ayres Britto, 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630133>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- BRASIL. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança n. 29.542. Contesta a ampliação dos limites da TI Porquinhos. Relatora: Carmen Lúcia, 2014. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7218303>>. Acesso em: 28 set. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Relatório Final: estudos etnográficos sobre o Programa Bolsa Família entre povos indígenas*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2016.
- CALDWELL, J. *et al.* Anthropology and demography: the mutual reinforcement of speculation and research. *Current Anthropology*, 28(1): 25-43, 1987.
- CAMPOS, M. B. & ESTANISLAU, B. R. Demografia dos povos indígenas: os censos demográficos como ponto de vista. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33(2): 441-449, 2016.

- CARNEIRO DA CUNHA, M. Lógica do mito e da ação: o movimento messiânico Canela de 1963. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com Aspas e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- COELHO DE SOUZA, M. Nós, os vivos: “construção da pessoa” e “construção do parentesco” entre alguns grupos Jê. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(46): 69-96, 2001.
- COELHO DE SOUZA, M. Parentes de sangue: incesto, substância e relação no pensamento timbira. *Mana*, 10(1): 25-60, 2004.
- CROCKER, W. *The Canela (Eastern Timbira), I: an ethnographic introduction*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1990.
- CROCKER, W. & CROCKER, J. *Os Canela: parentesco, ritual e sexo em uma tribo da Chapada Maranhense*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.
- EWART, E. *Space and Society in Central Brazil: a Panará ethnography*. New York: Bloomsbury Academic, 2014.
- GUIMARÃES, B. N. *Os Caminhos da Terra Indígena dos Canelas*, 2012. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, B. N. *O Outro Lado da Moeda: dos benefícios sociais dos brancos ao parentesco dos Apanjekra*, 2017. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, B. N. & GUERRA, M. TI Porquinhos: o golpe da grilagem e do STF contra os Canela e a Constituição. In: RICARDO, B. & RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas no Brasil: 2011-2016*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.
- GREENE, M. & CROCKER, W. Some demographic aspects of the Canela indians of Brazil. *South American Indian Studies*, 4: 47-62, 1994.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010: famílias e domicílios – resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.
- KELLY, J. A. Notas para uma teoria do “virar branco”. *Mana*, 11(1): 201-234, 2005.
- KUKUTAI, T. & TAYLOR, J. *Indigenous Data Sovereignty: towards an agenda*. Acton: ANU Press, 2016.
- LADEIRA, M. E. *A Troca de Nomes e a Troca de Cônjuges: uma contribuição ao estudo do parentesco timbira*, 1982. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- LAVE, J. Cycles and trends in Krinkati naming practices. In: MAYBURY-LEWIS, D. (Ed.). *Dialectical Societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

- LOVEMAN, M. *National Colors: racial classification and the state in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2014.
- MATTA, R. Mito e antimito entre os Timbira. In: LARAIA, R. (Org.). *Mito e Linguagem Social*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- MELATTI, J. C. Nominadores e genitores: um aspecto do dualismo Krahó. In: SCHADEN, E. (Org.). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- PEREIRA, N. O. M. Innovations on measuring the census indigenous population in the 2010 Brazilian population. *Statistical Journal of the IAOS*, 33(2): 487-494, 2017.
- RIFKIN, M. *Beyond Settler Time: temporal sovereignty and indigenous self-determination*. Durham, London: Duke University Press, 2017.
- SAHLINS, M. D. *What Kinship Is [] and Is Not*. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.
- SEEGER, A.; MATTA, R. & VIVEIROS DE CASTRO, E. B. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. (Org.). *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987.
- STANDFIELD, R. (Ed.). *Indigenous Mobilities: across and beyond the antipodes*. Acton: ANU Press, 2018.
- STRATHERN, M. Os limites da autoantropologia. In: STRATHERN, M. *O Efeito Etnográfico e Outros Ensaios*. Trad. Iracema Dulley, Jamille Pinheiro Dias, Luísa Valentini. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- TALLBEAR, K. *Native American DNA: tribal belonging and the false promise of genetic science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013.
- THOMPSON, D. *Schematic State: race, transnationalism and the politics of the census*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- VILAÇA, A. O que significa tornar-se Outro? Xamanismo e contato interétnico na Amazônia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44: 56-72, 2000.
- WIDLOCK, T. Sharing: allowing others to take what is valued. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 3(2): 11-31, 2013.
- WOODBURN, J. Sharing is not a form of exchange: an analysis of property-sharing in immediate-return hunter-gatherer societies. In: HANN, C. (Ed.). *Property Relation: renewing the anthropological tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.